

ENTREVISTAS



Major Denice Santiago

Uma mulher negra e feminista num lugar de poder da Polícia Militar da Bahia ^{1; 2}

Margarida PAREDES, *Universidade Federal da Bahia*



(((AUDIODESCRÇÃO)))

A imagem apresenta, em primeiro plano, a policial militar baiana Denice Santiago, fardada e ostentando a patente de Major. O fundo está desfocado e na imagem sobressai o olhar lateral e dirigido para cima da Major, acompanhado por um sorriso. Brincos brancos nacarados sublinham a feminilidade.

1 Esta entrevista foi realizada no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Ambiguidades de Gênero em Mulheres Afrodescendentes da Polícia Militar da Bahia”, desenvolvido através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

2 Revisão de Frederico Fagundes Soares.



A Major Denice Santiago foi uma das pioneiras da Polícia Militar da Bahia (PMBA), tendo ingressado em 1990 como sargenta nas primeiras turmas de praças e oficiais. Dois anos depois, foi admitida na primeira turma de oficiais para mulheres, ostentando hoje a patente de Major. Atualmente, também é uma das duas únicas oficiais da PMBA a ter quebrado o “teto de vidro”³ que impede a ascensão de mulheres em organizações dominadas pela “masculinidade hegemônica”⁴ e a ocupar um posto de comando na PM baiana, como comandante da Ronda Maria da Penha. Graduada em Psicologia, é Mestre em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social pela UFBA. Em 2017, recebeu o Diploma Bertha Lutz, premiação do Senado Federal pela sua contribuição na defesa dos direitos das mulheres e políticas de gênero.

Margarida Paredes: Que balanço faz da sua vida militar?

Major Denice Santiago: Eu entrei na polícia muito nova, com 18 anos, tinha terminado na época o segundo grau do Ensino Médio e não sabia o que era a Polícia Militar. Entrei na PM por indicação de meu pai, muito embora ele não seja militar e não tenhamos qualquer policial militar na família, meu pai indicou a PM por conta do emprego.

Meu pai e minha mãe sempre tiveram uma preocupação muito grande em relação ao nosso futuro profissional. A partir daí eu comecei a amar essa polícia, digo que a polícia me escolheu, não fui eu que escolhi ela. Ela me escolheu e eu amo o que faço. Comecei a me aperfeiçoar e, além de trabalhar para o cidadão, entendi que era preciso melhorar internamente a corporação. Nesse processo, eu comecei a trabalhar voltada para o policiamento ostensivo e comecei também a vislumbrar uma carência em relação a legislações, em relação à proteção, à salvaguarda dos direitos da mulher dentro da corporação. Isso

3 Teto de Vidro, “caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas de poder, prestígio e das remunerações. Tal é observado mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às dos seus congêneres do sexo masculino” (Vaz 2010).

4 “Masculinidade Hegemônica”, enunciada por R.W. Connell, resultante de uma construção social que se manifesta de uma maneira hegemônica e se estende a várias instâncias do social. A “masculinidade hegemônica” resultaria da manutenção de práticas que institucionalizam a dominação dos homens sobre as mulheres e que decorrem da ordem social patriarcal (Connell 2013).



inquietou-me durante muito tempo, até que em 2006 consegui empreender a ideia de criar dentro da corporação um Núcleo de Gênero.

Margarida Paredes: Como foi concretizada essa ideia? Há muitos núcleos de gênero nas corporações da PM no país?

Major Denice Santiago: É o primeiro no país e único até hoje, foi uma ideia comprada pelo então comandante-geral, coronel Santana. Tem um dado curioso, quando comecei eu queria que fosse Centro Maria Quitéria. Maria Quitéria é um vulto histórico nosso da Independência, o Soldado Medeiros.⁵ E o comandante-geral à época, o Coronel Santana, me disse: - *Ô menina, você vai se vestir de homem para ser aceita?* Em vez disso, procure uma outra heroína, há uma que a gente está resgatando, a Maria Felipa⁶. Fui estudar a história de Maria Felipa, uma negra, alta, corpulenta e pensei: - *Opa, parecidinha comigo!* Aí batizei o Núcleo de Gênero como Centro Maria Felipa⁷. Nesse Centro, venho trabalhando por coisas que parecem mínimas a olhos externos, mas que foram fundamentais, como a Portaria para Gestantes. As policiais militares não tinham proteção para o desenvolvimento da gestação na PM. Se um comandante achava que a mulher podia ficar até o oitavo mês "na área", no policiamento ostensivo, ela ficava. Outro achava que era até o primeiro mês, tirava. A portaria vem, pelo menos, definir critérios, a norma. A mulher, sabendo-se grávida, sai da "área". E isso é interessante para a saúde dessa profissional e para a saúde do filho que ela está gestando. Também desenvolvemos outras atividades destinadas às

5 Maria Quitéria, uma das figuras maiores das Lutas pela Independência do Brasil (séc. XIX), foi uma mulher de Feira de Santana, Bahia, que combateu, não como mulher, mas como homem. A transformação de gênero de mulher para homem, o soldado Medeiros, foi a maneira que a jovem encontrou para integrar o Batalhão dos Voluntários do Príncipe D. Pedro e lutar pela Independência do Brasil contra o Império português. Pela singularidade das suas práticas, foi elevada a símbolo maior do Exército brasileiro, de quem é patrono do Quadro Complementar de Oficiais do Exército. Maria Quitéria foi condecorada por D. Pedro I com a Ordem do Cruzeiro e recebeu a patente de alferes, o que lhe permitiu intervir como figura pública na Corte.

6 Maria Felipa, heroína negra da Independência da Bahia, jovem de Itaparica, descendente de negros escravizados de origem sudanesa, comandou um grupo de homens e mulheres que contribuíram para a destruição de 42 embarcações da Esquadra lusitana em julho de 1823.

7 O Centro Maria Felipa ou Centro de Referência para Mulheres Policiais Militares foi criado através da Portaria nº 14 do Comando Geral, publicada em 10 de maio de 2006.



mulheres, como o Encontro de Policiais Femininas. Quando percebi, minha vida já estava relacionada às questões do gênero feminino. Até hoje sou confundida com a figura do Centro, as pessoas me chamam de Maria Felipa: - Ô, *Maria Felipa!* Eu gosto e permito também.

Margarida Paredes: E a Ronda Maria da Penha? Como surge na sua vida de policial?

Major Denice Santiago: Foi uma ideia do então capitão Brito Viana, que me falou sobre a Patrulha Maria da Penha no Rio Grande do Sul: - *Estude, Denice, acho uma ideia interessante que você pode trazer para cá, já que você trabalha nessa área.* Como eu estava à disposição da Secretaria de Políticas para as Mulheres, consegui articular para implementar a ideia em Salvador e se transformou em Ronda Maria da Penha⁸. A nomenclatura é mais regional, a ideia de patrulha para nós tem outro sentido, diferente do Rio Grande do Sul. Das experiências que fui acumulando nessa vida militar, a do Centro Maria Felipa e na Secretaria de Políticas para as Mulheres, entendo que o trabalho de proteção à mulher vítima de violência não pode ser apenas de policial militar, esse trabalho precisa passar por uma rede socioassistencial. Então peguei a ideia central da patrulha e dei uma ampliada. Criei aqui uma equipe multidisciplinar que faz o trabalho de acolhimento dessa mulher diferenciada, de investigação social e de encaminhamentos a outras partes da rede. Trouxe ainda outras demandas relacionadas ao trabalho do homem policial militar, criei um projeto chamado “Papo de Homem”, onde pego o meu policial para conversar com os agressores, para que eles possam se perceber nesse ciclo de violência, porque o nosso criminoso, muitas vezes, não se percebe nem é percebido como criminoso. São homens que são colegas de esquina, jogam bola ou baralho, são vistos como caras legais. - *Vocês tão prendendo o João? João é gente boa pra caramba!* Mas ele é um criminoso porque exerce uma das cinco violências que a Lei Maria da Penha pronuncia, então precisamos conversar para que esse homem também se perceba agente

8 “A Ronda Maria da Penha, um “programa de proximidade” desenvolvido para atender as mulheres em situação de violência doméstica, foi criado no dia 8 de março de 2015 e adotou a metodologia prevista na Lei nº 11.340/2006, isto é, o cumprimento da “Medida Protetiva de Urgência” que determina o afastamento do agressor da mulher ofendida, dos filhos e do domicílio” (Neto 2017).



desse ciclo de violência. A violência psicológica é uma das mais recorrentes e eles, porque já ouviram os pais fazerem ou os avôs, eles fazem cotidianamente, sem risco, sem problema. Há alguns dias, fui convidada para abrir o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e fiquei sentada ao lado de Maria da Penha. Foi muito emocionante e disse a ela que a criadora e a criatura estavam sentadas lado a lado! Foi muito gratificante poder falar para ela que a sua luta nos inspirou e ajuda tantas mulheres. Hoje, nós temos 389 mulheres sendo protegidas em Salvador pela Ronda, e muito embora numa estrutura logística já um pouco colapsada, porque só temos duas viaturas, tenho tentando expandir o nosso raio de ação. É um trabalho que hoje dá sentido, dá significado à minha vida, eu gosto muito de fazê-lo e faço muito com carinho, muito afinho.

Margarida Paredes: A Ronda Maria da Penha atua em toda a cidade de Salvador?

Major Denice Santiago: A Ronda atua em toda a cidade de Salvador e em dois municípios da região metropolitana, Camaçari e Lauro de Freitas. Inicialmente, a ideia da Ronda era que trabalhássemos apenas no subúrbio Ferroviário de Salvador, aqui onde estamos, em Periperi e adjacências, porque é a área que tem o maior número de ocorrências de violência contra a mulher. Só que a eficiência do serviço fez com que passássemos a ser solicitados por outros pontos da cidade. A própria Vara de Violência [Doméstica e Familiar] foi encaminhando mulheres de diferentes bairros de Salvador. Outras mulheres que nós assistimos, que moravam aqui, foram migrando para outros lugares para fugir do ciclo da violência, da retaliação social e nós continuamos a assisti-las. Hoje acompanhamos mulheres de Alphaville, Horto Florestal, Periperi, Cidade de Plástico, Nova Constituinte, que são comunidades bem humildes, bem carentes.

Margarida Paredes: Qual tem sido o papel dos magistrados ao julgar os réus acusados de violência contra a mulher? Há juízes machistas e benevolentes com os agressores?



Major Denice Santiago: Acredito que sim. A sociedade brasileira é, por si só, extremamente machista. A Polícia Militar passou 165 anos só com homens⁹. Há apenas 26 anos, passou a ter mulheres, então é uma estrutura machista e misógina por natureza. Era um clube fechado, hermético e há apenas 26 anos essas meninas estão querendo entrar, estão querendo mudar a nossa dinâmica, a nossa conversa. A Lei Maria da Penha criou as Varas de Violência Doméstica e Familiar. Aqui em Salvador são duas juízas que estão lá, específicas. No interior do Estado, em Vitória da Conquista, também temos uma mulher, mas em Juazeiro e Camaçari, temos homens. Por si só, pela especificidade da Vara, eles já precisam ter um olhar diferente, eles são impelidos a pensar diferente. Na Vara de Violência, o machismo é um pouco mais contido, pela especificidade da função. A função da Vara é proteger as mulheres.

Margarida Paredes: Você foi promovida a major há pouco tempo. Está satisfeita com a sua patente? Quantas mulheres estão em lugares de decisão e poder na PM?

Major Denice Santiago: Satisfeita eu não estou, quero chegar a coronel, quero ir bem longe e se deixarem quero comandar essa polícia inteira. Hoje nós temos 4 majores. Na situação de comando, há duas: eu e a Major Cleydi Milanezi¹⁰. As outras estão em assessoramento técnico em outras unidades sob o comando-geral e o Instituto de Ensino e Pesquisa. Nessa perspectiva de comandantes, eu e Milanezi estamos empreendendo um jeito feminino que a polícia, até então, nunca viu. Uma forma de lidar, uma forma de gerir diferente. Eu sou a única mulher no comando de Policiamento Especializado, como Milanezi é a única no comando Atlântico, já que não estamos sob o mesmo comando. As áreas de atuação aqui são divididas por comandos regionais. E nas reuniões, entre outras coisas, eu defendo a postura do feminino frente ao masculino. Faço questão de forçar a barra para eles lembrarem que eu

9 A presença de mulheres nas organizações policiais do Brasil data de 1955, quando 13 mulheres integraram o primeiro corpo de oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. No Estado da Bahia, a presença das mulheres nas forças policiais é mais recente e data de 1990, quando o primeiro grupo de 25 sargentas e 78 soldadas entraram na PMBA após o Decreto Governamental 2.905 assinado pelo Governador do Estado da Bahia, ter criado a Companhia de Polícia Militar Feminina a 12 de outubro de 1989.

10 A Major Cleydi Milanezi foi uma das primeiras mulheres a ingressar na PMBA e assumiu o comando da 12^a CIPM/Rio Vermelho, em Salvador, em 22 de julho de 2016.



sou mulher. Na unidade decoro a minha sala com itens eminentemente femininos para eles não esquecerem que sou uma mulher. Também sou policial militar, sou técnica, sou profissional, mas sou mulher e gosto de sê-lo, e entendo que as duas coisas podem estar juntas, elas não precisam concorrer, não preciso, para ser policial, deixar de ser mulher ou para ser mulher, deixar de ser policial. Faço esse discurso, faço esse debate e esse enfrentamento nessa perspectiva. E estou muito feliz de estar major na polícia, forço todo mundo a me chamar de majorina. Brigo pelo feminino. Há quem diga "majora", depois que investigamos descobrimos que é majorina. Isso tem uma razão, a Polícia Militar tem postos de graduações baseados nos do Exército Brasileiro. O Exército Brasileiro criou esses postos de graduações numa época que não existia mulher nas suas Forças. Então é soldado, sargento, tenente, capitão, major, tenente-coronel, coronel. Com o ingresso das mulheres nas corporações, isso precisa ser revisto. Eu não sou capitão, sou capitã, fui capitã. A sargenta, a soldada, enfim... é preciso flexionar. coronela, tenente-coronela, majorina, eu gosto de fazer esse debate para que as pessoas percebam que a linguagem não é neutra.

Margarida Paredes: Li na literatura especializada esta frase carregada de preconceito, enunciada por um policial: *“De que adianta as mulheres estarem no comando se na hora de enfrentar os bandidos somos nós que nos expomos?”*. Você tem tido problemas com subalternos homens que não respeitam o seu comando, resistem às ordens ou se recusem a bater continência?

Major Denice Santiago: A minha tropa aqui é especializada. A nossa especialidade é muito intelectual e, pelo acúmulo de estudo, pela articulação da perspectiva de gênero e pelo debate da violência contra a mulher, eles me veem como uma referência. Na Ronda, não tenho essa relação de descrédito e, operacionalmente, também não porque nós somos extremamente técnicos e profissionais. Já ouvi relatos, sim, em situações de comando eminente, de descrédito em relação à policial militar, a sua parceira de serviço ou a sua comandante. Mas nunca os vivenciei, não sei se é meu tamanho que impõe respeito ou a minha segurança. Os policiais tendem a trazer, para sua relação profissional com as polícias, as suas relações pessoais. Se, em casa, protegem a mulher, a filha, a mãe, na atuação policial, eles tendem a fazer a mesma



coisa e colocam as mulheres em atividades que são de menos risco, para protegê-las. Numa blitz, no trânsito, durante uma abordagem policial a veículos, eles põem a policial para anotar os dados dos veículos abordados. Consciente ou inconscientemente, eles vão empurrando essa mulher “pra cozinha”. Nas unidades operacionais, a telefonista é uma mulher, a secretária é mulher, nas atividades administrativas só se encontra mulheres porque eles pegam o serviço “da área” e empurram a mulher “pra sua cozinha”. Quando eu estava no comando do Centro Maria Felipa, um comandante-geral me perguntou: - *Denice, por que não convence suas meninas a irem para área?* Eu respondi: - *Coronel, por que o senhor não convence seus meninos a colocá-las lá?* Porque nenhuma mulher vai chegar numa unidade hierarquizada e dizer: - *Eu vou ser telefonista!* Não. É o comandante, um homem, que pega essa mulher e a coloca como telefonista. É o comandante que as coloca no serviço de pessoal ou no serviço de planejamento operacional. Eles empurraram as mulheres para esses lugares tradicionalmente femininos. Se me perguntar: - *Será que não existe mulher que aceita esse lugar com tranquilidade?* Existem sim, algumas. E outras reivindicam, eu tenho aqui policiais, Joélia, Raquel, Joaciana, que não me trazem problema “de área” e os colegas delas também sentem segurança, mas elas foram construídas assim, em algum momento elas reivindicaram. Outras não: - *Opa, isso aqui é o mais fácil, me deixe quietinha aqui.* Enquanto há outras que, se eu colocar no administrativo, morrem. Elas querem estar lá na frente. E como oficialas, temos que vigiar essas situações, não permitir que essas situações de desigualdade aconteçam. Enquanto for comandante da unidade, meu pessoal de recepção, do cafezinho, são homens, para fazer o corte. Porque isso não é lugar do feminino, muito embora socialmente e até culturalmente as pessoas pensem que sim. Eu defendo que os lugares do feminino são qualquer lugar. Se encontro uma médica cirurgiã, não falo: - *Você sabe usar esse bisturi?* Essa mulher estudou, tem conhecimento e competência para realizar a cirurgia. Mas quando as pessoas encontram uma policial militar, perguntam: - *Essa mulher sabe usar a arma?* E eu questiono: será que nós, policiais militares femininas não permitimos que isto chegasse neste ponto? Será que nós, quando permitimos que o nosso colega nos passe para trás, quando recebemos a prancheta e eles dizem: - *Fique anotando.* Será que, nesse momento, de alguma sorte, não permitimos que aconteça essa cultura de discriminação de gênero, que essa representação social seja estabilizada? Eu faço ao contrário, quando me dão a prancheta, digo: *“Não, eu quero ir para a seleção, quero selecionar o carro lá na frente,*



quero dirigir a viatura". Talvez por isso, quando eles olham para mim, eles falam: - Epa, essa daí é diferenciada! Então eu nunca tive problemas com eles. Eu não tive, mas colegas minhas tiveram, sim.

Margarida Paredes: Tenho conhecimento de que não há nenhuma norma que impeça as mulheres de serem promovidas. No entanto, gostaria de entender por que há tanta dificuldade em ascender ao oficialato? A PM reconhece que há assimetrias de gênero na linha do comando?

Major Denice Santiago: As promoções dentro da nossa corporação são um problema para qualquer gênero. Masculino, feminino, homossexual, heteroafetivo, a ascensão é muito complicada. Porque nós temos uma política de longevidade funcional muito complexa. Existem policiais militares que ainda atuam no oficialato com 40/42 anos de serviço e eles só saem na idade limite, 60 anos. Essas pessoas entraram na polícia com 17, 18 anos. Todo esse tempo eles ficam na corporação e se eles não saem, quem está embaixo não ascende e aí achata a pirâmide. Toda minha turma, homens e mulheres, levamos 11 anos de tenente para capitão. Eu fui promovida a capitã em 2006 e fui promovida a major em 2016, 10 anos depois. Desde a formação, 21 anos até ser major. - Existem mulheres que estão em condições de serem promovidas a major? Existem. Digamos que é como se houvesse uma cota. Os critérios de promoção, não sei se eles perpassam apenas pelo gênero, mas eles também perpassam por isso, porque eu vou procurar o perfil de um major para fazer tal serviço. Ter a Major Maria Cleide Milanezi como comandante de companhia hoje é um divisor de águas importantíssimo. O trabalho dela é fundamental para que novas colegas possam ascender na hierarquia. E as políticas de gênero são muito complicadas na polícia desde o ingresso, quando limitam o acesso da mulher. A nossa Constituição diz que todos são iguais perante a lei. Os concursos públicos estão abertos para todos, só que, na Polícia Militar, reserva-se 10% das vagas para a polícia feminina e eu questiono: se tenho 300 vagas para mulheres, por que a 301 não entra se teve nota mais alta que muitos dos homens que entraram? Tecnicamente ela teria



que entrar no concurso, que devia ser pelo mérito.¹¹ O meu sonho é que abram concurso para 3 mil soldados e que esses 3 mil soldados entrem pela sua capacidade intelectual e passem pela capacidade física e pela aptidão psicológica. O meu sonho é que não tenhamos 10% de vagas para mulheres. - *Ah, mas dizem-me que as vagas garantem a presença feminina.* Eu penso que não, acho que as vagas garantem a superioridade numérica masculina. É isso que as vagas estão garantindo.

Margarida Paredes: Mas uma discriminação positiva, em vez de uma seleção por mérito, não garante efetivamente a cota de 10% de representação das mulheres na PM?

Major Denice Santiago: Mas, se puxarmos pelas atas do treinamento intelectual, as mulheres estão em maioria nessa relação. Assim, a cota assegura, mas ela exclui, ela limita. Homens e mulheres, se treinados, estão aptos a trabalhar na PM. A força física também pode ser treinada, capacitada. Se houver 30 vagas de coronel, se eu tiver 20 mulheres aptas a serem promovidas, vou dizer que só vão passar 3, para manter esse indicativo de cotas? Usar isso como argumento não é válido, não é justo com a cidadã e o cidadão que ingressam na corporação.

Margarida Paredes: Se não estou enganada, a PM não tem estatísticas por raça/etnia, mas há indicadores que apontam que 90% das mulheres na PM de Salvador são pardas e negras. Li numa tese de doutorado, “Teto de Vidro” de Laudicéia Oliveira, uma afirmação de uma policial da Bahia que explica os vários sistemas de opressão na PM através de uma metáfora muito elucidativa: “Ser mulher é matar um leão por dia. Ser mulher negra é matar dois. E ser mulher negra e pobre é matar três leões por dia.” Gostaria de saber quantos leões matou até chegar a major? Já foi alvo de racismo?

Major Denice Santiago: Considerando que eu sou mulher preta e pobre, já estou nessa escala aí, de três a quatro leões por dia. E

¹¹ A PMBA hoje, conta com uma legião de 27.173 homens e uma minoria de 4.315 mulheres, perfazendo o efetivo total de 31.488 militares (13% de mulheres). Neste universo de graduação hierárquica, a patente mais significativa estatisticamente (179) ocupada por mulheres é a de capitã. (Bispo et all. 2017: 172)



sim, já fui vítima de racismo dentro da corporação e fora da corporação. Ser mulher e negra num Estado que vem de uma suposta democracia racial é muito complicado e complexo. Dentro da corporação, lembro-me de usar o cabelo entrançado, o que lá na década de 90 era complicado. As mulheres que usavam aquele cabelo eram negras e pobres. Eu usava porque gostava, estava num processo de autoafirmação e cansada de alisar cabelo, não queria mais. Quando entrei na Academia da polícia, fui convidada a uma sala fechada, com ar-condicionado, me mandam sentar, me tratam muito bem e me dizem: - *Não é nada contra, mas achamos interessante você tirar as tranças porque elas não são compatíveis com o oficialato.* Perguntei: - *O senhor está me determinando?* E ele respondeu: - *Não. Nós estamos só aconselhando.* E eu não tirei as tranças. Já no Centro Maria Felipa, quando eu estava na coordenação e estava muito em evidência, fui a um evento comemorativo do 8 de março, promovido pela Secretaria de Segurança Pública. Antes de mim, chegou a soldada Patrícia, que trabalhava comigo e é uma mulher branca. Quando chegou, perguntou onde trocava de roupa e se identificou como sendo do Centro Maria Felipa. Quando eu cheguei, fardada, com estrela e tudo, procurei a responsável pelo evento e me apresentei: - *Bom dia, Capitã Denice.* A responsável me respondeu: - *Ela foi trocar de roupa.* Eu pergunto: - *Como?* E a senhora responde: - *Ela já chegou, foi só trocar de roupa.* Percebi o engano e respondi: - *Querida, EU sou a Capitã Denice.* Podia ver o olhar de perplexidade dela enquanto perguntava: - *É você? É você? Fique à vontade, estava te aguardando. É que chegou outra pessoa aqui...* Contrapus: - *Deve ter sido a soldado que trabalha comigo.* E a responsável do evento ficou constrangida sem saber o que dizer. Para aquela mulher, e para muitos outros, o preconceito não os deixa admitir que uma mulher negra pode ocupar um lugar de poder e ser protagonista numa organização. Eu gosto muito de defender esse lugar de mulher e negra. Então é assim, eu sou mulher, sou negra, insisto, persisto, defendo isso, levanto como bandeira, discuto, brigo com quem quiser, sou candomblecista, uma religião de matriz africana, então tudo isso eu acumulo. É muito acúmulo, não é?

Margarida Paredes: Qual é a sua origem de classe?



Major Denice Santiago: Sou de periferia. Nós somos 5 filhos, meu pai é de classe média baixa. Vivi o tempo todo na periferia e hoje, inclusive, moro na periferia. Sou menina de escola pública. Meu pai e minha mãe zelaram muito pela nossa educação, a minha mãe dormiu na fila para me matricular - na verdade, a mim e a meus irmãos - na melhor escola pública que tinha aqui, o ICEIA, no Barbalho. O legado da minha história é que minha mãe sempre me disse que a gente precisava estudar, trabalhar, ter nossa casa e só depois casar. Ela falava para eu não depender de marido como ela depende. Falava isso todo dia, era um mantra. E assim aconteceu. Somos três irmãs e só casamos depois dos 30 anos, já estabilizadas economicamente.

Margarida Paredes: Você foi habituada a um grau de exigência muito grande...

Major Denice Santiago: Sim, eu falo para as meninas: - *Vocês têm que entender que a gente não pode fazer nada "mais ou menos", temos que fazer tudo sempre perfeito.* Eu sou a única mulher no Comando de Policiamento Especializado (CPE), existe uma cobrança velada, se alguma coisa que nós fizemos não estiver acima do padrão (porque dentro do padrão não basta), eles vão cobrar de uma forma diferente, eles ridicularizam, eles expõem. Quando eles têm uma mulher comandando uma unidade, além de tudo uma mulher negra, eles querem todo o tempo desconstruir isso, mostrar que nós não somos tão eficientes como nós propagamos. Por isso a minha cobrança é maior.

Margarida Paredes: A Major é uma mulher empoderada, ou seja, ocupa um lugar de poder na PM. O feminismo é um movimento que luta pela igualdade social e de poder entre homens e mulheres. Você se identifica como feminista?

Major Denice Santiago: Sou, sou feminista e gosto de sê-lo. Ao meu companheiro digo: *"Eu sou chata e feminista, então escolha. Quer ficar, fique, mas tu já sabe que eu sou chata, feminista e gosto de ser"*. Faz parte da minha identidade.



Margarida Paredes: Quando era Coordenadora do Centro Maria Felipa, você já se assumia como feminista?

Major Denice Santiago: Eu tinha atitudes, posições feministas, mas eu não me via com esse rótulo, não me reconhecia. Foi no Centro Maria Felipa e na minha relação com a Rede de Atenção às Mulheres que eu me conscientizei: "*Caramba, eu sou feminista desde que nasci*". Minha mãe é uma mulher feminista, uma mulher que na década de 70 dizia para as filhas que elas tinham que estudar, trabalhar e ser independentes. Muitas mulheres não sabem que são feministas. Vão dizer que não são. O Centro Maria Felipa ajudou a associar o meu nome ao feminismo.

Margarida Paredes: Tenho percebido, através das entrevistas e da literatura especializada, que há uma cultura dentro da PM que essencializa a categoria "mulheres" através da afirmação "sou mulher", em vez de dizer "sou policial". Uma cultura que caracteriza as mulheres como naturalmente inadequadas para o trabalho policial, como se as mulheres não pudessem exercer a força e a violência porque são frágeis, sensíveis e precisam de proteção. Acha que essa diferenciação é inata à categoria "mulher", como muitas policiais que entrevistei defendem, ou é construída cultural e socialmente?

Major Denice Santiago: A Polícia Militar do estado da Bahia é reflexo da nossa sociedade. E algumas das nossas policiais carregam esse mesmo estigma. A atividade policial militar não pode estar atrelada à violência e à força física, apenas e tão somente. Por isso que eu acho que é um estigma cultural complexo. Nós associarmos a atividade policial militar à violência e à força física. O que significa dizer que a corporação é eminentemente violenta e não é para sê-lo, certo? Na comemoração dos 15 anos da mulher na Polícia Militar, escolhemos o slogan "Sensibilidade e Firmeza". "Sensibilidade" eu até resisti, para evitar continuar colocando as mulheres nesse lugar, de mais sensível, mais



doce, mais delicada¹². Não, nós somos técnicas e eu defendo isso. Mas como a polícia nos vê? Nos vê nesse lugar de mulher, não de profissional. Até nos deram o nome pejorativo de “Pfm”, que significa macetosa¹³. Eu defendo que nos chamem de policial militar feminina. Tenho motoristas no meu comando que são excelentes PROFISSIONAIS e são mulheres que usam brinco, botam batom, pintam a unha, namoram, têm suas relações afetivas, complexas ou simples, mulheres que têm filho, têm menstruação, têm cólica, têm tudo isso e são excelentes profissionais. Agora, há muitas policiais militares aqui que estão nesse lugar - sim, é uma construção cultural e social.

Margarida Paredes: Há mulheres na PM que parecem subscrever os estereótipos de gênero que sublinham que os homens têm a força, a coragem, a capacidade de correr riscos, a valentia e as mulheres têm a sensibilidade, as emoções, a fragilidade e o medo de correr riscos. A minha pergunta é: por que são admitidas após a instrução militar as mulheres que não têm perfil para militares e evitam o policiamento ostensivo? A corporação quer as mulheres na PM para ocupar lugares tradicionalmente femininos, como os serviços administrativos? Há discriminação de gênero na PM?

Major Denice Santiago: Esse período de curso devia ser para ver quem tem aptidão, mas, infelizmente, muitas mulheres não estão na PM por vocação e sim pela oportunidade de emprego. E aquelas que vêm por vocação, quando começam a ver os benefícios que a atividade administrativa pode trazer, mudam de rumo. O empoderamento da mulher passa pela ressignificação de compreender o seu lugar na profissão policial militar, ressignificar esse lugar e, a partir daí, entender

12 A introdução de mulheres na PM foi realizada com o objetivo de amenizar a imagem da corporação no pós-ditadura. “No Brasil, a imagem pública das polícias militares estava desvalorizada em virtude da corporação ter combatido repressivamente os movimentos sociais durante o regime militar ditatorial. O ingresso da mulher na PM contribuiu para amenizar os olhares da sociedade em relação à Corporação, positivando assim a imagem da Instituição, pois elas, no exercício da atividade policial militar, agem com rigor, com atitude, porém com menor violência” (Neves 2008: 32). “Atrelado a isto, também se destaca a existência de uma espécie de “cultura policial feminina” que estaria associada à incorruptibilidade das mulheres e a formas de atuação menos truculentas no policiamento” (Ferreira 2017: 214).

13 No jargão militar “macetosa” significa uma policial com muito jeitinho para resolver problemas



que ela deve estar em todos os lugares. Aliado a isso, precisamos de uma política melhor de emprego do policiamento, porque, há bem pouco tempo, tínhamos uma policial feminina que estava há 24 anos trabalhando em pé, na rua, "na área", o que é algo desgastante fisicamente e emocionalmente, enquanto outras com 2 anos de serviço já estavam dentro de gabinetes.

Margarida Paredes: Quem é mais prestigiada na corporação, a policial que faz trabalho "na área", de rua e corre riscos ou as que estão nos gabinetes?

Major Denice Santiago: Aquelas que estão nos gabinetes.

Margarida Paredes: Mas isso não é um paradoxo para uma corporação militar?

Major Denice Santiago: Sim. O major Genivaldo Neves fez um trabalho acadêmico, acho que a senhora até já leu, onde ele fala sobre a (in)visibilidade da mulher negra na Polícia Militar. E onde está essa mulher negra? Na rua, no sol, no risco. E dentro está a branquinha que tem salário adicional, que tem a proteção das instalações, que tem uma farda diferenciada, que tem acesso a informações privilegiadas, então essas pessoas são as mais valorizadas. Em 1997, vivi uma situação que me chocou muito. Nós tínhamos aqui uma companhia de Polícia Militar feminina e todas as mulheres pertenciam a essa companhia. Em 1997, uma determinação do Governo do Estado pulverizou, distribuiu essas mulheres por todas as unidades. Colocaram as policiais em forma e os comandantes das unidades foram escolher à formatura as policiais para trabalharem com eles. As mulheres não foram escolhidas pelo seu profissionalismo.

Margarida Paredes: Ao ler artigos sobre mulheres em exércitos e policias militares de outros países, as mulheres dizem que estão desejosas de ação porque acham o trabalho de secretaria um aborrecimento, outras dizem que nunca quiseram ser típicas "mulherzinhas", por isso gostam do militarismo. Há quem defenda que o que o homem faz elas também fazem e, para isso, treinam luta na



academia e exercem a violência para competirem com os homens. Na PM também há mulheres assim? Ou têm medo do clichê de serem consideradas masculinas? Não haverá uma violência que se constrói através da condição feminina, isto é, não será que as mulheres podem ser duras, ter força, ser valentes e agentes da violência sem se masculinizarem?

Major Denice Santiago: Eu acredito e defendo isso. Eu entendo que a mulher pode ter todas as características técnicas sem precisar travestir sua fala, sua forma de agir ou andar com masculinidade. Não precisa, a gente precisa ser reconhecida como profissional. Eu sou feminina no meu trato social e sou feminina no meu trato profissional, mas eu sou firme, sou dura, consigo exercer a “violência” sendo mulher. Não preciso engrossar a voz: - *PARADO, MÃO NA CABEÇA!* Na PM por vezes é exigido, é uma questão de sobrevivência, para que as meninas sejam aceitas. Em contrapartida há um grupo muito significativo que defende as feminilidades. Na minha unidade, eu pergunto às meninas: "E o batom vermelho, cadê o batom?" Elas riem. O batom vermelho é para elas se lembrarem de que não precisam se masculinizar para serem técnicas, profissionais. Agora existe um grupo, sim, que usa a muleta da masculinidade como apoio para serem aceitas porque senão, não serão.

Margarida Paredes: O que mudou em você com a profissão militar?

Major Denice Santiago: No meu caso, a polícia me ajudou muito, minha mãe diz que a polícia me salvou, que eu era muito arredia, violenta, briguenta, resolutiva, antes de ir para a polícia. A polícia me deu uma centrada: - *Venha cá, menina. Entre aqui, fique aqui.* Aí eu comecei a entender o que é a disciplina e que não podia distribuir força e agressividade sem motivo, tinha que colocar quando fosse preciso, na hora certa. Aprendi que posso ser tranquila e, quando for preciso, ser dura.

Margarida Paredes: O militarismo na PM tem propiciado às mulheres alternativas de ser e poder mais emancipatórias, isto é, tem



contribuído para a transformação social dos papéis de gênero das mulheres na corporação e nas suas vidas?

Major Denice Santiago: Sim. Eu penso que a farda e a arma empoderam o feminino, empoderam a mulher. Elas são subjugadas em várias situações, mas quando se vê uma mulher fardada, é diferente. Sabemos que uma mulher fardada e armada é mais afirmativa, mais corajosa, tem mais autoridade e poder.

Margarida Paredes: O campo militar tem vindo a mudar com a feminização das instituições militares. Que contribuições as mulheres trouxeram à PM?

Major Denice Santiago: Eu penso que foi o diálogo, a possibilidade de dialogar. Antes a cultura era "*manda quem pode e obedece quem tem juízo*" e não havia espaço para o diálogo. Nós entramos num momento histórico específico, pós Constituição de 88 e numa altura de abertura e isso perspectivou o diálogo. Essa capacidade de diálogo faz com que a população se aproxime mais. Quando precisam de uma informação se dirigem à mulher. Eles entendem que a resposta virá de uma forma mais educada, mais afável, mais social. Então, a presença feminina deu um corte naquela imagem do policial militar mais seco, mais duro, mais parcial. A policial militar entrou com esse diálogo, entrou com essa relação mais comunitária e eu acho que isso foi uma evolução. A polícia agora se vê obrigada a ouvir, é obrigada a dialogar, não cabe mais o "*cale a boca*".

Margarida Paredes: O Centro Maria Felipa é destinado a aconselhar e apoiar as policiais, no entanto, também reforça a cultura das feminilidades dentro da PM, ao promover Salões de Beleza destinados às mulheres nas unidades. Não lhe parece que palestras ou seminários sobre gênero e empoderamento das mulheres que analisassem sob a lente do feminismo o lugar das mulheres na corporação seriam mais indicados do que reforçar estereótipos de beleza feminina?



Major Denice Santiago: Quando foi criada - foi na minha gestão - a Sala de Cuidados, a ideia não passava pela perspectiva de Salão de Beleza. As policiais militares vinham do interior do estado para a capital trabalhar no Carnaval. Elas eram retiradas dos seus familiares e aqui ficavam num alojamento provisório, dividindo seu espaço com outras mulheres que elas nem conheciam. Para os homens, nas mesmas condições, eram elencadas atividades como futebol, praia, para as policiais não havia atividades. A Sala de Cuidados foi criada para essas mulheres, no seu horário de folga irem cuidar do corpo, havia massoterapia, aula de dança de ventre e outras atividades com a missão de entreter, cuidar e educar. E foi assim durante os seis anos que estive à frente do Centro. A partir daí foi se dissipando um pouco o objetivo e hoje virou um Salão de Beleza, de fato. Eu sou contra, mas o lugar onde estou é complexo. Fui a criadora do Centro e, se me intrometo, fica parecendo que não quero cortar o cordão umbilical, que quero me meter numa que área que não é minha. É preciso deixar fluir para ver o que acontece. A ideia do Centro, a sua missão institucional é promover esses debates, viabilizar propostas que melhorem e potencializem o empoderamento das mulheres. Se ele não está a cumprir, isso é uma questão de gestão e precisa ser avaliada pelos seus gestores imediatos. Quando estava à frente do Centro, fiz um curso de atividade técnica policial militar para mulheres e peguei mulheres para serem instrutoras de tiro, instrutoras de abordagem policial, instrutoras de busca pessoal e pedi às unidades para me mandarem aquelas mulheres que eles achavam que não tinham perfil, não tinham vocação militar. Apareceu uma policial que tinha medo de arma, tinha medo de pegar em arma, mas as instrutoras ensinaram ela direitinho e passou o medo.

Margarida Paredes: Li o Regulamento das policiais e parece-me que as normas se destinam a controlar os corpos e a sexualidade feminina. Como o comando reage a uma mulher sensual? Uma antropóloga argentina que estudou as mulheres na polícia militar de Buenos Aires, Sabrina Calandrón, defende que as mulheres policiais são muito focadas em sexo e falam muito sobre sexo. Você tem a mesma percepção em relação à sexualidade das mulheres na PM da Bahia?

Major Denice Santiago: Como o próprio nome diz, o uniforme tem que uniformizar e, para uniformizar, a gente tem que



extrair, das sensuais, as sensualidades, as curvas, para que não se destaquem. É mais ou menos uma burca disfarçada. As regras visam prioritariamente a segurança. O cabelo preso é para que a mulher, em um embate policial, não seja um alvo fácil, brinco pequeno é para que não puxem e machuquem. Enfim, são regras que visam a segurança. Algumas policiais tendem a trazer a sua forma de vestir no mundo privado para a atividade policial. Eu sou contra, porque, como já disse, uniforme uniformiza e não quero uma policial militar gostosa no meu quartel, quero uma policial militar que tenha agilidade, flexibilidade dentro do uniforme, que é para isso que foi criado. Sobre a sexualidade, nas minhas relações sociais, tenho um encontro com umas amigas que eu chamo de divas, com quem falo muito sobre sexo. Eu penso que cultural e socialmente tem sido negado à mulher falar sobre sexualidade. Quando entro num espaço eminentemente masculino, como são as polícias militares, ouço os meus colegas e garanto que eles falam muito sobre sexo. De alguma sorte isso foi liberando na gente essa possibilidade de também falar da nossa sexualidade. Por que não? Uma coisa que nos é tolhida culturalmente desde que a gente nasce. *Menina não pode falar isso!* Orgasmo, a palavra orgasmo é chocante. Masturbação? Meu Deus! Na minha cultura: - *Não fale, cale a boca!* Dizer que uma mulher fala: - *Tô com tesão. Aquele homem é massa.* Não! Mas aqui, talvez por essa couraça masculina, pela farda, nos é permitido. E a gente tende a falar em sexualidade, eu gosto, acho bacana. Já estou paulatinamente incorporando esse discurso com o meu companheiro, com as minhas irmãs. Em minhas relações sociais internas, costumo falar de sexo. Nas outras, não. Com o povo civil eu silêncio, faço a máscara.

Margarida Paredes: A cultura masculina da PM contamina o seu discurso?

Major Denice Santiago: Sim, aprendemos com eles. Aprendemos a falar muito palavrão. Aí nessa hora a gente é militar.

Margarida Paredes: Falamos muito de feminilidades e da afirmação do sujeito “mulher” na PM e tenho me questionado o que isso significa para você e para as policiais que entrevistei. Sabemos que os dispositivos das feminilidades têm menos poder que os das



masculinidades, sobretudo no campo militar. Então, tenho me questionado se as mulheres da PM não estão a reivindicar o Essencialismo Estratégico, proposta teórica de Gayatri Chakravorty Spivak, que se refere a um tipo de solidariedade entre grupos marginalizados socialmente, para efeitos de ação social e política. Ou seja, a partir da construção da identidade essencializada “eu sou mulher”, podem imaginar pertencer a uma comunidade minoritária de mulheres que passam por experiências semelhantes de secundarização, subalternização e inferiorização no contexto de uma estrutura militar de hegemonia masculina e, assim, constituírem-se politicamente como grupo, para poderem resistir e reivindicar Direitos e Reconhecimento? Resumindo, não estão usando a “mulher essencializada” como estratégia da ação política para resistir e reivindicar direitos e reconhecimento na PM?¹⁴

Major Denice Santiago: Eu faço isso. Eu digo: - *Eu sou mulher* e uso a minha condição de mulher, todas as vicissitudes e benesses que isso traz, à defesa da minha posição profissional. Penso que é uma saída, não vou definir, não vou fechar nenhuma caixinha, não. Mas é uma possibilidade, sim, de estarmos de alguma forma nessa afirmação de ser mulher também numa perspectiva política, de dizer assim: - *Quando você me vir policial, você vai ver uma mulher*. E a partir daí você sabe todas as implicações que decorrem disso, certo? Uma vez, fizemos uma manobra de instrução militar, provas de força e tínhamos que passar por uma câmara de gás e o critério foi: o primeiro colocado vem na frente. E eles soltaram a câmara de gás porque partiram do princípio que o primeiro colocado era um homem. E era uma mulher. Quando Débora veio, Débora passou por tudo, ficou ofegante, passando até um pouco mal, mas aguentou e o instrutor perguntou: - *Mas por que você veio na frente?* É desse lugar que a gente vem. Talvez, eu não possa falar por todas, mas eu sou mulher e também vou na frente.

14 O “Essencialismo Estratégico” é um conceito elaborado por Gayatri Chakravorty Spivak numa entrevista que deu em 1985 a Angela McRobbie, “Strategies of Vigilance”, na qual se refere à essencialização da categoria “mulher” como um essencialismo positivo. O conceito tem suscitado muitos debates nos Estudos Pós-coloniais e Feministas. As críticas vão no sentido de apontar que todas as identidades são socialmente construídas. No entanto, Spivak aponta que, nas lutas sociais, os indivíduos reclamam identidades essencializadas, reclamam a pertença a um grupo discriminado socialmente com o objetivo de se emancipar e obter reconhecimento. Este essencialismo de grupos marginalizados é útil do ponto de vista estratégico, em termos de ação social e política.



Margarida Paredes: Major Denice, muito obrigada pela sua disponibilidade e pela sua contribuição.

Bibliografia

Bispo, Tânia et al (2017), “A identidade feminina na Polícia Militar de Salvador: um interface com as questões de gênero” in *Mulheres na SSP-BA, 60 anos de História e Trajetória*, Jaime Pinto Ramalho Neto, Org., Salvador, Editores Paulo Bina e Délio Pinheiro.

Calandrón, Sabrina (2014), *Género y sexualidade en la Policía Bonaerense*, San Martín, UNSAM Edita.

Connell, R.W & James W. Messerschmidt (2013), “Masculinidade Hegemónica: repensando conceito”, in *Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, 21 (1): 241282.

Ferreira, Geórgia (2017), “Incorporando o “ethos guerreiro”: a presença feminina nos quartéis”, in *Mulheres na SSP-BA, 60 anos de História e Trajetória*, Jaime Pinto Ramalho Neto, Org., Salvador, Editores Paulo Bina e Délio Pinheiro.

Neves, Genivaldo Silva das (2008), “A presença da policial feminina com características afro-descendentes na Polícia Militar da Bahia”, Monografia, UFBA, Salvador.

Neto, Jaime Pinto Ramalho (2017), *Mulheres na SSP-BA, 60 anos de História e Trajetória*, Salvador, Editores Paulo Bina e Délio Pinheiro.

Oliveira, Laudicéia (2012), “‘Teto de Vidro’, Relações de Gênero, Relações de Poder e Empoderamento das Mulheres na Polícia Militar”, tese repositório UFBA. <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7823/1/Tese%20C%3%a9ia.pdf> (consulta 27/06/2017 às 11.00)

Vaz, Daniela Verzola (2010) “Segregação hierárquica de gênero no setor público Brasileiro”. http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4047/1/bmt42_04_nota_tecnica02_segregacao.pdf (consulta 26/06/2017 às 00.10).

**Margarida PAREDES**

Formada em Estudos Africanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutorada em Antropologia pelo ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Investigadora pós-doutorada em Antropologia, PPGA na Universidade Federal da Bahia, UFBA. No doutorado trabalhou com mulheres ex-combatentes angolanas e tem um livro editado em Portugal intitulado “Combater Duas Vezes, Mulheres na Luta Armada em Angola”, no pós-doutorado pesquisa “Mulheres Afrodescendentes da Polícia Militar da Bahia”. Desenvolve uma linha de pesquisa sobre identidade e representações de mulheres militares, nomeadamente sobre “Masculinidades Femininas” e Feminilidades no Campo Militar.